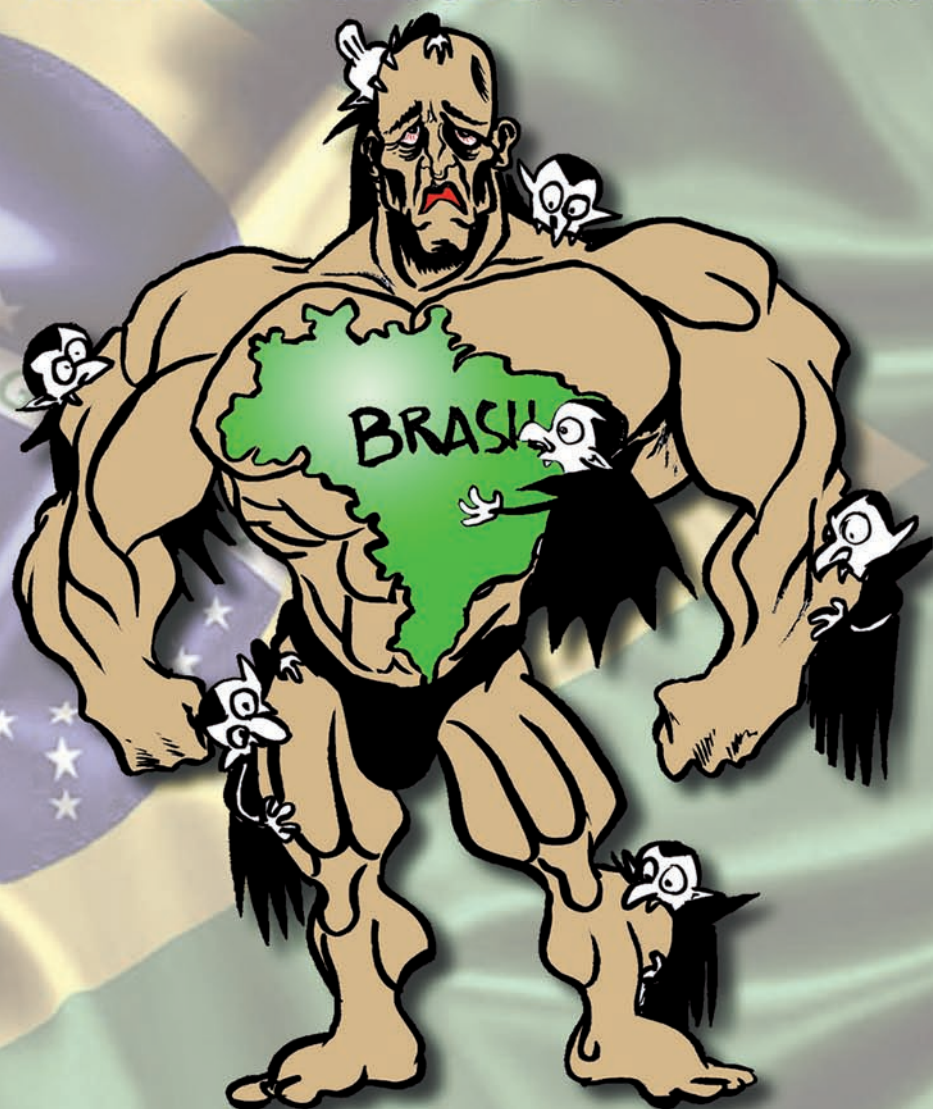


CRÔNICAS DE UMA ESPOLIAÇÃO CRÔNICA

VIA DÍVIDA PÚBLICA E OUTROS MALES.



Helena Reis



12

PAU-BRASIL, OURO E FERRO, MAS... DEIXEM O PRÉ-SAL QUE O PETRÓLEO É NOSSO!

3 de dezembro de 2015

Minha infância foi povoada de muitas histórias, de mitos, de fantasias e também de realidade. Muito cedo, logo que dei conta dos números e das palavras, me embrenhei num lugar fantástico que se chamava Sítio do Picapau Amarelo. Lá me apaixonei pelo Minotauro, as sereias, os peixes encantados e passei a admirar um personagem sensacional, um sábio de verdade, chamado Visconde de Sabugosa, que conseguia reunir o conhecimento ao pragmatismo. Monteiro Lobato, o nosso autor, quis resgatar em Sabugosa o seu ideal de elite que, na sua visão crítica em relação à nossa, sofria de paralisia intelectual, assistindo de braços cruzados a recrudescência dos nossos problemas sociais, políticos e eco-

nômicos, sem mover uma palha e sem propor alternativas de mudança. Muita gente sabe das crenças de Monteiro Lobato, entre elas, a aposta na existência de petróleo no Brasil que, além de negada por todos, sofria um verdadeiro boicote técnico nas investigações em andamento feitas pelo Governo. Uma carta de Monteiro Lobato endereçada ao Presidente Getúlio Vargas elucida com clareza esta questão:

São Paulo, 19 de agosto de 1935.

Dr. Getúlio Vargas

Excelentíssimo Senhor:

Conforme previ na última audiência que me foi concedida a 15 do corrente, há alguém interessado em embaraçar a ação da Cia Petróleos do Brasil, dificultando a obtenção da autorização para que ela siga seu curso natural, fora das restrições do decreto n. 20.799, que, em requerimento ao Ministério da Agricultura, foi pedida. E como V. Excia. me autorizou, neste caso, a recorrer diretamente a V. Excia., como guardião que é dos verdadeiros interesses nacionais, sou forçado a lançar mão deste recurso.

Negam-nos a autorização pedida, dificultando, retardando, prote-lando o necessário decreto. Isso vem impossibilitar a atividade da Cia Petróleos do Brasil. Os homens contratados à custa de tanto sacrifício monetário para procederem em nosso território quatro meses de provas, nada poderão fazer já que a companhia que os contratou não pode fazer contrato de opção nos terrenos a serem examinados. E desse modo terão de regressar para a América do Norte sem que o Brasil se beneficie das vantagens incomensuráveis da série de provas previstas e para as quais a nossa empresa se formou.

Isso constitui um crime imperdoável, além de denunciar de modo esmagador que há gente paga por estrangeiros para que o Brasil não tenha nunca o seu petróleo. Em vez de, pelas funções de seus cargos, esses homens tudo fazerem para que tenhamos petróleo, quanto antes, tudo fazem para que não o tenhamos nunca. O caso é, pois, desses que pede a imediata intervenção de homens que, como V. Excia., só tem em vista os altos interesses do País.

Assim, de acordo com a promessa que V. Excia me fez, venho denunciar a manobra de sabotagem burocrática e pedir o remédio urgente. Assim, de acordo com a.

Respeitosamente me subscrevo

Vemos, então, que a busca do petróleo no Brasil foi desde o início, uma verdadeira saga. Se hoje temos clara a importância deste minério, na década de 30 não se pensava desta maneira. Monteiro Lobato já dizia que o ferro é a matéria prima da máquina, e o petróleo é a matéria prima da melhor energia que move a máquina, e como só a máquina aumenta a eficiência do homem, se tivermos estas duas condições, estaremos prontos a dar o passo adiante. A sequência histórica dessa luta todos nós conhecemos, pois culmina com a criação da Petrobrás, em outubro de 1953, dezoito anos depois da data da carta e oito anos após uma campanha popular que ganhou as ruas e cujo slogan era o “Petróleo é nosso”.

Façamos agora um corte e vamos aterrizar nos dias atuais e verificar em síntese o que tem sido essa Empresa nesses mais de meio século. São múltiplas as suas funções e tarefas, que vão desde a exploração, a produção, refino, comercialização e transporte de petróleo e gás natural, até as atividades petroquímicas, distribuição de derivados, energia elétrica, biocombustível, além de outras fontes energéticas renováveis. Em 1968 foi criado o CENPES (Centro de Pesquisa e Desenvolvimento), o maior centro da A.Latina e recebedor de vários prêmios. Em 1974 a Empresa descobre o seu maior campo petrolífero na Bacia de Campos, com 100mil Km² e, em 1985, o Campo de Marlin. A Petrobrás vem se destacando, também, na pesquisa em águas profundas. Talvez seja a Empresa com maior *know how* nesta área. Pode-se considerá-la imbatível.

No Governo FHC, o monopólio do petróleo esteve seriamente ameaçado, e a estatal por pouco não foi colocada à venda na onda das privatizações, como ocorreu com a Vale* que, como vimos, foi praticamente doada para um consórcio. Mesmo assim, a Empresa sofreu vários reveses e uma perseguição contumaz, colocando em risco o seu prestígio e força e, na hora em que estiver exangue corre o risco de ser entregue às multinacionais da área.

Se por um lado, temos entreguistas travestidos de intelectuais formados fora do país, também nos recompensa saber que outros Monteiro Lobatos estão por aí numa cruzada em defesa das nossas riquezas e, no lastro delas, da nossa autonomia e desenvolvimento. Um deles chama-se Fernando Siqueira*, cujo trabalho venho observando há muito tempo – à frente da AEPT (Associação dos Engenheiros da Petrobrás), e é a pedra no calçado dos congressistas. Vai às audiências, aos gabinetes, com sua pastinha cheia de documentos, de projetos de Lei, e de provas cabais sobre os boicotes que a Empresa sofre. Frequenta assiduamente as hostes do poder federal, fazendo o lobby no sentido do bom combate, porque está na contramão do poder espúrio, uma vez que seu objetivo é defender, denunciar, exercer vigilância, cobrar, exigir, mostrar dados, argumentar. Percorre o Brasil de Norte a Sul, dando palestras para estudantes e sindicalistas, esclarecendo a importância e a vulnerabilidade do petróleo. Hoje, se destacamos um líder, parece haver segundas intenções, pois é difícil alguém ser inocente no meio de um mar de corrupção. Mas temos de distinguir o joio do trigo, até porque é necessário nos aliançarmos com os bons e dar-lhes força no seu trabalho de guardiães. Por isso, sem temer correr riscos, quero declarar em alto e bom som que Fernando Siqueira é um dos vigilantes de plantão da nossa soberania em relação ao petróleo. Isso não significa deixá-lo isolado, defendendo causas coletivas. Temos de estar ao seu lado, reforçando seu trabalho e engrossando as denúncias que são tantas que fica difícil arrolá-las.

Uma observação: não vamos confundir os dois Fernandos: o primeiro, também conhecido como FHC, cujo pai, Leônidas Cardoso, participou da Campanha “O Petróleo é nosso”, era um nacionalista de cepa e faço também referência ao seu tio Joaquim Cardoso que, por mera coincidência convivi alguns anos, talvez seus últimos anos de vida, na casa de minha sogra, da qual era amigo dileto. Pois bem, esse Joaquim era um revolucionário que defendia a emancipação do Brasil contra o regime militar e sempre me falava da inteligência e preparo do sobrinho. Enquanto senador e relator da Comissão sobre a moratória no país, (veja pág. 151 a 158 no posfácio) o 1º Fernando revelou bastante preocupação com as “condicionalidades” que nos queriam impor os

banqueiros capitaneados pelo FMI. Por essa época merecia aplausos e admiração, mas se preocupou tanto com as “condicionalidades” para finalmente chegar à conclusão que era melhor aderir e abrir mão da soberania brasileira.

Interessante é que me vem, nesse momento, na lembrança, um ensinamento indígena da tribo dos Pataxós. Como sabemos, a cultura indígena é transmitida oralmente através de conversas, criação de mitos, fábulas, ditos e exemplos. Um avô pataxó conversava com o netinho e lhe dizia que dentro de cada um de nós moram dois lobos. O indiozinho espantado indagou se eles brigavam entre si, qual seria o vencedor? E o pataxó respondeu: “aquele que você alimentar é que terá forças para vencer o outro”. É verdade, a sabedoria indígena também nos ensina: não podemos deixar que os “lobistas” maus do Congresso sejam nutridos e adquiram forças. A participação política permanente da sociedade civil, pós-eleitoral, aperfeiçoaria o sistema democrático.

Voltando ao Governo de FHC, sabendo que privatizar a Petrobrás significaria mexer num vespeiro, foi comendo pelas beiradas, quer dizer, solapou suas bases para fragilizá-la. Siqueira, o 2º Fernando, conhece bem essa história longa, cheia de detalhes difíceis de resumir. Uma delas, quando o 1º Fernando em 1994, ainda era Ministro da Fazenda, foi reduzir intempestivamente, sem mais nem menos, o orçamento de uma Empresa do porte da Petrobrás em 52%. Logo depois inicia uma política de manipulação dos preços dos combustíveis, mantendo os da Petrobrás abaixo de 8%, enquanto aumentava em 32% os preços dos cartões de distribuição. O resultado desta jogada foi a transferência de U\$3 bilhões de dólares para os cartões.

Uma vez presidente, o jogo entreguista ficou mais pesado ainda. O primeiro foi o contrato do gasoduto Bolívia-Brasil, considerado o pior contrato da história da empresa*. Mas, o nefasto ainda estava por vir e chega na forma da quebra disfarçada do monopólio. Pela Constituição de 88, uma empresa brasileira com capital também brasileiro seria diferente da que tivesse capital estrangeiro. Esta regra, uma vez sendo quebrada, permite que multinacionais venham para aqui e explorem nosso subsolo, nossas jazidas estratégicas sem nenhuma restrição e com a posse de 100% das ações. Nosso solo, subsolo, hoje é terra de ninguém.

A Companhia Brasileira de Recursos Minerais havia estimado o patrimônio dos nossos minérios estratégicos em U\$ 13 trilhões de dólares. Só a Vale detinha 10% desse valor em direitos e já vimos por quanto foi vendida- 1 milésimo desse valor. Diante disso, há mais coisa a ser dita? Muito, muito mais, infinitamente mais.

Sabem quem foi David Zilberstain? Pesquisem este nome e vejam o que fez à frente da Petrobrás.

Fernando Siqueira nos explica que na Constituição de 88, um engenheiro da Petrobrás, também formado em direito, teve a brilhante ideia de colocar no capítulo que versava sobre o monopólio do petróleo um art., o 177, vetando o país de dar o petróleo como garantia de dívida. Mas aí vem o FHC e faz uma Lei Ordinária e ordinária em todos os sentidos, pois, além de ferir a constituição, é contraditória e mal formulada. Por exemplo, no art 3º, diz pertencer à União os depósitos e jazidas de petróleo e gás do território nacional; no art. 21 reafirma os direitos da União; mas no art. 26, que Fernando, “O Bom”, chama de art. do lobby, diz que, no caso de concessão, quando o concessionário tiver êxito, a propriedade muda imediatamente de mãos, e 100% do que foi encontrado passa a lhe pertencer e daí para frente só deve pagar 10% de royalties e 20% de impostos. E Fernando, “O Bom”, compara o procedimento dos outros países exportadores que ficam com uma média de 84% da produção; Noruega 85%; Venezuela 92%. Agora, se eu não tivesse a informação anterior sobre a privatização da Vale, não iria acreditar ser possível esta rasteira tão rasteira que o Fernando “O Mau” deu na sua “pátria”, será mesmo que ele nasceu aqui? Foi quando abriu ou doou 36% do capital da Petrobras por míseros U\$ 5 bilhões de dólares, de uma empresa cujos ativos eram calculado em U\$ 198 bilhões de dólares. Convenhamos que o assalto ao patrimônio nacional ultrapassou toda a decência e superou o desfalque da venda da Vale. E esse senhor nunca foi preso e nem acusado e ainda faz pose de pessoa séria.

Fernando, “O Bom” nos chama a atenção para uma questão básica: A Noruega até o final da década de 60, era um dos países mais pobres da Europa. E aí descobriram petróleo. Hoje a Noruega é um dos países mais desenvolvidos do mundo, com um alto índice de renda *per capita* e de IDH, e inteligentemente guarda uma grande reserva em um fundo soberano de \$900 bilhões de euros, para quando esta riqueza, que todos

sabem não ser renovável, vier a se esgotar. O que distingue a Noruega de outros países petrolíferos? Educação. Investe-se na cultura, educação e tecnologia. Simples e elementar. E o petróleo pode colaborar para alcançarmos este nível de 1º mundo. Piketty*, sociólogo e economista francês diz que entre 1970 e 2010 a Noruega colocou cerca de 60% do dinheiro do petróleo em fundos soberanos e 40% foi consumido anualmente em despesas públicas. Ele ressalta que os fundos soberanos do Oriente Médio não têm a mesma transparência. É impossível saber com clareza a estratégia de investimentos e os retornos obtidos, mas os últimos relatórios publicados pela Abu Dhabi Investment Authority, que administra o 2º mais importante fundo soberano internacional, anunciaram um rendimento real médio superior a 7% ao ano para o período de 1990–2010.

O planeta tem uma dependência da matriz energética do petróleo, e isso ainda vai perdurar por muito tempo, pois todas as fontes substitutas são ainda em grau muitíssimo inferior às necessidades de hoje e de amanhã. Pois bem, o cartel do petróleo mundial, conhecido como as 7 Irmãs, vem dominando o mundo desde o século passado, e a sua história se entrelaça e se confunde com os principais eventos ocorridos na história mundial a partir da 2ª Guerra. O petróleo, podemos ter certeza, foi a mola mestra e está na raiz dos conflitos e com o poder de decidir não só os rumos, como os resultados dos conflitos.

A localização geopolítica dos países produtores de petróleo é o tabuleiro onde as figuras desse jogo de xadrez vêm sendo manipuladas pelas grandes potências que dele necessitam. Vejamos a Alemanha, responsável pelo começo da eclosão das duas guerras mundiais no século xx: precisava desesperadamente de fontes petrolíferas. Na 1ª, em aliança com o Império Otomano buscou um caminho por terra até as grandes reservas da atual Arábia Saudita, projeto detonado pelas outras potências, principalmente Inglaterra e França. Durante a 2ª Guerra, como alternativa tentou duas frentes: avançar em direção ao leste europeu em busca das fontes de petróleo do mar Báltico e a oeste, neutralizando a França e iniciando uma campanha no Norte da África, na região do deserto de Saara – Argélia, Líbia, onde a presença do petróleo era líquida e certa. Por que os alemães se estenderiam tanto em suas conquistas se não tivessem claramente essa necessidade premente?

O Cartel do petróleo fincou as bases de um acordo, já em 1929, numa reunião dita “de caça” e numa região na Escócia chamada Acchnacarry. Para lá foram os representantes das empresas de 3 países; EUA através da Esso ou Exxon, a Anglo Persian Oil inglesa e a Royal Dutch holandesa. Ali estabeleceram as premissas para o domínio mundial através da ajuda mútua para extração de óleo cru, montagem de refinarias, produção, fixação do preço e distribuição do combustível, oleodutos, bancos, financiamentos internacionais e duas bolsas mundiais do cru, uma em N. York e a outra em Londres. Estava aberta a temporada da caça ao ouro negro.

O Império das Sete Irmãs atravessou todo o período da 2ª Guerra Mundial, exercendo a hegemonia através das cinco empresas americanas: Esso, Chevron, Mobil Oil, Gulf Oil, Texaco e mais a British Petroleum BP e a Royal Dutch. As Sete Irmãs controlavam 85% do petróleo mundial. Hoje o controle é de 10%, mas para quem pensa que seu poder morreu ou está em franca decadência, se engana redondamente, pois como camaleão, essa irmandade vai se modificando e assumindo novas formas de comando. Nesse meio tempo houve a fusão das sete que se transformaram em quatro – Exxon Mobil, Chevron, British Petroleum e Shell.

Tão importante quanto o nome das empresas é saber para onde dirigiram seus tentáculos. O Oriente Médio, como todo mundo sabe, é uma das áreas mais ricas, e ali as Sete Irmãs abocanharam as riquezas petrolíferas da Arábia Saudita, Emirados Árabes, Kuwait, Irã, Iraque, Qatar, Argélia e Líbia. Até 1960 não encontraram oposição a nenhum tipo de arbitrariedade que impunham aos países, que eram os últimos a usufruírem daquela riqueza, cada vez mais visível aos olhos de todos, com suas altas torres brotando como cogumelos, a jorrar petróleo e lançar para a atmosfera os seus gases poluidores. A quantidade de dinheiro em circulação, por maior que fosse, não deixava lastro de prosperidade aos países, ou por outra, aos seus povos, cujos lucros auferidos com a venda do petróleo eram vergonhosamente baixos, tipo 12 cents de dólar por barril. Foi lá que se inventou a chamada contabilidade criativa, que desvia recursos em quantidades imensuráveis do erário público. Ao contrário, o petróleo foi deixando sistematicamente o seu rastro de miséria e poluição ao meio ambiente.

Em 1951, o Irã foi o primeiro país a nacionalizar o seu petróleo, que era explorado pela British Anglo-Iranian. O primeiro ministro Mohammed Mossadegh propôs esta mudança, que não logrou sucesso, uma vez que o Reino Unido organizou um boicote ao país, levando à queda da produção e asfixia da economia. Foram dois anos de resistência, até que um golpe de estado, organizado pela CIA, em agosto de 1953, derrubou Mossadegh e trouxe de volta o Xá Reza Pahlavi e, novamente os grandes consórcios petrolíferos.

A França, depois da 2ª Guerra Mundial, ainda mantinha colônias na África, como a Argélia e, precisando drasticamente de petróleo, começou a pesquisá-lo no Saara argelino, vindo a descobri-lo em 1956. Com os movimentos de independência da Colônia em 1962, a França só abriu mão de libertá-la do seu jugo, com a garantia de manutenção dos seus negócios petrolíferos. Surgia assim, um verdadeiro enclave francês em pleno deserto, só com os poços de petróleo com os quais auferia lucros fantásticos, nunca transferidos para o povo argelino.

Em 1971, o presidente Houari Boumedienne deu um basta nesta situação de subserviência, nacionalizando o seu petróleo e fomentando a industrialização do país com o dinheiro gerado por ele, enquanto as empresas Total e Elf ficaram a ver navios, procurando novos poços petrolíferos ao Sul da África.

Na sequência, vamos mencionar a Líbia, país com grande reserva petrolífera sob a posse dos EUA e Grã Bretanha. Dizia-se que toda a indústria petrolífera líbia era uma indústria americana através da Exxon. Em menos de três anos, a Líbia passou a produzir mais de 1 milhão de barris por dia e, em sete anos o fenômeno se reproduziu, atingindo 3,5 milhões de barris. E quanto a Líbia recebia por esta cachoeira de petróleo? A quantia ínfima de 12 centésimo de dólar por barril.

Em 1969, o Coronel Muammar Kadafi, através de um golpe militar, depõe o corrupto rei conhecido “por sua corrupção e fidelidade a nós”, como dizia Nixon cinicamente, e proclama a República Árabe Líbia e, um ano depois nacionaliza o seu petróleo. A história da liderança política de Kadafi, por mais interessante que seja, extrapola o nosso propósito. O brilho de sua estrela, décadas depois, começou a diminuir de intensidade. Nesse jogo de xadrez, seu mar de petróleo era muito importante

para permanecer em mãos nacionais por tanto tempo e, assim, os EUA, usando os argumentos clássicos, entre eles o de fomentar terrorismo, decretou o embargo à Líbia. Kadafi teve de afinar e reconhecer tudo de que era acusado, mas, principalmente, permitir a volta das petrolíferas estrangeiras ao seu país e desistir da independência nacional. Ao capitular, Kadafi conseguiu ter o embargo suspenso em 2004. Mesmo assim, seria deposto e assassinado, pois com o seu protagonismo no mundo árabe, seria difícil acreditar que a sua submissão se eternizasse. E as 7 Irmãs exigiam tranquilidade e poucos sobressaltos para explorar os líbios em paz.

A história do Iraque é muito semelhante à da Líbia, com os mesmos elementos utilizados pelas grandes potências em termos de manipulação das lideranças, e a sua execução final quando não mais se fizessem necessárias.

A exploração do petróleo iraquiano, desde o século xx, reuniu irmanamente as 7 Irmãs que lá trabalharam de forma cooperativa, criando uma empresa chamada Iraq Petroleum Company (IPC). Anos mais tarde, durante o Governo de Sadam Hussein, a IPC é nacionalizada.

Sadam Hussein, apesar da nacionalização da IPC, se manteve como aliado americano por muitas décadas, até porque o vizinho Irã, que até 1979 era governado pelo Xá Reza Pahlevi, sempre fiel aos EUA, fora destronado pela Revolução Islâmica sob a liderança do Aiatolá Khomeini. Para contrabalançar esta mudança de alianças, Sadam servia, sob medida ao jogo de poder, e seria até interessante fomentar a discórdia entre eles. Assim surge uma guerra entre Irã e Iraque por motivos geoestratégicos, tendo o petróleo como pano de fundo, com duração de 10 anos e com um saldo de um milhão de mortos.

Sadam nunca foi inocente, em 1988 enfrentou uma sublevação dos Curdos no norte do país e, para se livrar rapidamente do problema, utilizou armas químicas para exterminar uma aldeia com seus 5000 habitantes – Halabja. Outro conflito, desta feita com o Kuwait, país que podia ser considerado a menina dos olhos dos americanos, com o seu potencial petrolífero, o qual o próprio pai do presidente Bush fez fortuna no setor, com direitos de exploração. A estratégia de Sadam não foi do agrado da potência americana e, na primeira oportunidade,

não pensaram duas vezes em se livrar dele. Os pretextos de que fosse ditador ou que possuísse armas de destruição em massa, mera retórica e que encobria o fato de os americanos encontrarem uma oportunidade imperdível de avançar de novo na grande riqueza iraquiana que abriga a 3ª maior reserva mundial de petróleo: 115 bilhões de barris.

Tempos depois, o Governo americano anunciou a licitação internacional para a recuperação e exploração de seis campos gigantes de petróleo do Iraque com a participação das antigas 7 Irmãs e outras empresas tendo como meta chegar a 4,5 milhões de barris por dia. A atuação de George Bush em favor das 7 Irmãs nunca foi dissimulada. Seu vice-presidente, Dick Cheney, era presidente da Halliburton e a Secretária de Estado, Condoleezza Rice, havia sido uma executiva da Chevron.

Temos ainda a Arábia Saudita, aliada de sempre dos EUA, um dos centros petrolíferos mais importantes do mundo, e nos basta uma frase do Sheik Ahmed Yamani, ex-ministro do petróleo saudita durante 24 anos, de 62 a 86, para compreendermos que também lá nada foi diferente. “A Saudi Aramco era a empresa americana toda poderosa – não havia nenhuma lei que pudesse controlá-la. A Arábia Saudita apenas estendia as mãos para receber o dinheiro que a Aramco lhe dava.”

Hoje a Arábia Saudita continua no foco dos conflitos internacionais e intransigente defensora do islamismo radical da chamada linha Sunita. Para se ter uma ideia, até a Bíblia é proibida de entrar no país. Há poucos dias o regime condenou à morte 45 presos políticos opositores do regime, os quais foram acusados de terroristas, entre eles o líder Xiita, o Aiatolá Ali Khamenei, que fez recrudescer o antagonismo com o Irã, Iraque, Bahrein, etc, povos de maioria Xiita.

Ainda no norte da África temos o Sudão, um país que se divide entre população branca de origem árabe e localizada na parte norte; e os negros animistas ou cristãos no sul do país. A Chevron descobre o petróleo no final da década de 70 e fomenta uma guerra civil entre norte e sul, que durou 19 anos, com a perda de 1, 5 milhões de pessoas. Os campos petrolíferos são localizados no sul, mas no norte ficam os portos. No caso do Sudão, outro personagem entra em cena – os chineses também ávidos por petróleo e, tal como os americanos, têm a

preocupação em fazer reservas, ou seja, se preparam para o futuro que ninguém sabe quando virá. A China recebe 500 000 barris diários de petróleo e, em troca, construiu uma barragem no Nilo, estradas, estádios e oleodutos. Isso é pouco para o Sudão e as divergências étnicas e separatistas dividiram o país e suas reivindicações.

Na África negra propriamente dita temos duas potências petrolíferas, a Nigéria e o Gabão.

A história do petróleo revela um rastilho de pólvora por onde explodem conflitos de toda a ordem. Mas o caso mais emblemático da África Negra foi o que ocorreu na Nigéria, na região de Biafra. O mundo assistiu estarrecido a forma de extermínio de suas populações abatidas, não só pela violência das armas, abastecidas pelas indústrias de armas das grandes potências, mas pela arma letal da fome. As imagens divulgadas através do mundo perduram até hoje em nossa memória e retina e, como um soco na cara, nos lembramos de crianças esqueléticas se arrastando como vermes, sem forças sequer para andar. E as empresas petrolíferas fomentando a discórdia entre as tribos e as etnias. Sim, porque 2/3 do petróleo encontrava-se em Biafra onde vivia o povo Ibos. A tática da petroleira francesa ELF, para controlar o petróleo da região, foi fomentar um movimento separatista, armando o grupo na luta contra os muçulmanos do Norte, armados por sua vez pela Shell e a BP.

Mas, é ainda na Nigéria que vamos encontrar o caso mais flagrante do poder do cartel do petróleo, e dos seus métodos violentos de ação para preservar seus interesses e conseguir atingir seus objetivos. Falo de Ken Saro-Wiwa do grupo étnico Ogoni que vive no delta do Níger como agricultores e pescadores. O também poeta e escritor Ken Saro liderava o movimento pela sobrevivência do seu povo Ogoni. A visível degradação ambiental da região era provocada pelas Cias petroleiras, principalmente a Shell. Denúncias de corrupção do governo e mobilização popular conseguiram até fazer parar a produção da Shell. Mas o líder acabou preso e condenado à morte por enforcamento em 1995, juntamente com oito companheiros. A participação da Shell foi tão grave e pública que não restou à companhia senão redimir-se 14 anos depois, reconhecendo a sua implicação na morte de Ken Saro e pagando uma indenização de 15,5 milhões de dólares às suas famílias.

As guerras intestinas do Oriente Médio não preservaram os EEUU de entrarem diretamente no jogo bélico sempre que se fez necessário. Garantir o fornecimento de petróleo para si mesmo e para os países aliados faz parte de sua estratégia. Antes de voltarmos ao Brasil, vamos mencionar as reações de defesa dos povos do Oriente Médio tão vulneráveis nas mãos dos cartéis, mas ao longo dos anos, têm aprendido a se unir e a impor suas vontades e necessidades. No foco a OPEP: surge como uma reação dos países produtores, principalmente do Oriente Médio contra os cartéis também conhecidos como as Majors, em busca de maior controle de suas riquezas não renováveis. A questão passa pela estabilização dos preços, evitando flutuações excessivas e permitindo que as receitas fossem relativamente constantes. A OPEP, criada em 1960, era formada pela Arábia Saudita, Irã, Iraque, Kuwait e Venezuela (único país fora do eixo do Oriente médio) só vem a ter expressão política 10 anos depois, já com o aumento do número de participantes e uma compreensão mais aprofundada de que o petróleo pudesse ser usado como arma política.

O conflito árabe-judeu contribui para acelerar a evolução da percepção de que esta riqueza é provisória, se não estiver a serviço do desenvolvimento dos países, podendo jogá-los na fogueira da maldição. Este termo, um tanto esotérico, foi cunhado pelo economista global Joseph Stiglitz ao estendê-lo na chamada “maldição dos recursos naturais”. Ou seja, ele afirma em análises econômicas, que os países mais privilegiados em recursos vegetais e minerais, acabam tendo desempenho pior dos que os menos agraciados por “Deus”. Isso é o oposto do que se espera. Um exemplo: a Nigéria e a Indonésia tinham um rendimento per capita equivalente. Alguns anos depois, o PIB da Indonésia já estava 4 vezes maior do que o da Nigéria. Isto porque a Indonésia soube reverter em bênçãos as suas riquezas. Este fenômeno de “maldição do petróleo e dos recursos naturais”, tem a ver com outra manifestação, de natureza econômica, conhecida como “Doença Holandesa” – que é a relação entre a exploração açodada dos recursos naturais e a desmobilização do setor industrial do país, provocado pelo aumento exponencial das importações de bens e serviços, em decorrência da entrada de divisas externas. Isso ocorreu na Holanda, após descobrir grandes reservas de petróleo no

Mar do Norte. Em pouco mais de uma década as reservas se esgotaram, e o país passou a amargar as consequências da desindustrialização.

A OPEP já provocou muita comoção global ao mexer no preço do barril de petróleo e impedindo que só as 7 Irmãs dessem as cartas na geopolítica do petróleo. Mas muitas vezes a OPEP, ao invés de prejudicar o Cartel, acabou beneficiando-o, uma vez que ele tem nas mãos o monopólio da distribuição mundial. O Cartel continuou a lucrar, por exemplo, com os aumentos do preço do barril provocados pelos embargos da OPEP e com qualquer desestabilização política do mercado, como na Guerra do Yom Kippur ou na invasão do Irã pelo Iraque. Hoje outros países não necessariamente participantes da OPEP procuram também formas de se unir para se proteger e até são chamados dos Oito, em alusão às Sete Irmãs, mas sem constituir necessariamente um novo cartel. São eles: as Estatais – Saudi Aramco (Arábia Saudita), Inoc (Irã) Petrochina (China), Petronas (Malásia), Gaspron (Rússia) Petrobrás (Brasil), PDVSA (Venezuela) Pemex (México).

Se ao falarmos da Petrobrás, fizemos uma digressão internacional, é para deixar claro que temos de estar atentos às questões externas. E se o Brasil até recentemente, sem grande expressão internacional como produtor de petróleo, com a descoberta do pré – sal mudou completamente a sua performance. Agora, passa à condição de maior vulnerabilidade e, na mira dos interesses, os quais já sabemos quais sejam. E não nos iludamos, se o pré – sal tivesse sido descoberto na era FHC, nada mais restaria, haja vista as tentativas recentes de projetos apresentados por José Serra, no Senado e pelo DEM, na Câmara, seu dileto parceiro, para derrubar rapidamente o que resta da nossa “Estatal”. Falar em petróleo é falar em soberania nacional. Falar em petróleo é falar de uma briga de cachorro grande. E mais uma vez não podemos aceitar que a “maldição da riqueza” ocorra conosco. Temos de saber protegê-la. O cartel do petróleo continua insuflando o saque ao petróleo alheio. E em países como o Brasil ele terá ações mais camufladas e sofisticadas. Vão continuar a usar a mídia entreguista. Vão propor mais mudanças na legislação para facilitar a ação das petrolíferas estrangeiras. Vão denunciar corrupção. Vão continuar fazendo espionagem. Vão intensificar o lobby no Congresso. Vão capturar as nossas lideranças. Vão continuar desqualificando a Petrobrás. Vão fazer o povo acreditar que

as mudanças serão pelo bem do país. E nós, inadvertidamente, podemos fazer o jogo deles e cair na esparrela.

Será que sabemos a extensão da importância do pré-sal? Uma rápida digressão, em 2006, quando os técnicos da Petrobrás foram anunciar ao Lula a descoberta de riquíssimas jazidas petrolíferas. Lula percebeu a importância da ocorrência e tratou de criar imediatamente uma legislação de proteção a esta riqueza “maldita ou bendita”, dependendo da nossa competência, e que caia não do céu, mas emerge das entranhas profundas do mar para nos redimir dos séculos de violação e subdesenvolvimento. É preciso que se diga, repetindo Fernando Siqueira, que a ocorrência de descoberta de novas reservas de petróleo é cada vez mais rara. Estamos caminhando em ritmo acelerado para uma extinção do produto. Na Ásia, só a China e a Malásia produzem petróleo, mas seu consumo é insuficiente a médio prazo para atender a demanda. Os países da Europa, com exceção da Rússia e Noruega, não são produtores de petróleo, ou seja o mundo precisa de petróleo desesperadamente não só como combustível, mas para a fabricação de milhares de produtos os mais diversificados possíveis. E o Brasil, que vinha produzindo o seu petróleo, que atendia às suas necessidades, de repente é informado que as novas jazidas tem um potencial de 100 a 300 bilhões de barris. Logo a Petrobrás começou a produzir nos campos do pré-sal algumas dezenas de barris por dia e, hoje, já produz mais de um milhão de barris de óleo equivalente (óleo e gás natural).

Agora, o Brasil não avaliou a entrega do nosso patrimônio recém descoberto ao Cartel internacional já mencionado. Quando o Campo de Libra foi leiloadado, o vice- presidente americano esteve aqui no Brasil pessoalmente para fazer pressão direta sobre a presidenta Dilma. E o Campo de Libra, com a sua fábula de petróleo, que como fora prometido seria preservado, ou seja, estaria fora dos leilões, não resistiu aos assédios e pressões e acabou sendo entregue às multinacionais. E isto tudo em silêncio, sem estardalhaço da imprensa, sem acusações de corrupção, nada, tudo muito limpo à luz do dia.

Ildo Sauer, ex-diretor executivo da Petrobrás, responsável pela área de Negócios de Gás e Energia entre 2003 e 2007, em entrevista à IHU On-Line, em relação ao leilão de Libra, presta o seguinte depoimento:

“A minha perplexidade e apreensão é de que o Conselho Nacional de Política Energética, comandado pela Presidência da República, deliberou colocar esse campo em leilão. Parece-me que essa decisão é baseada em problemas da macroeconomia, das contas externas e do déficit público, que tem sofrido uma deterioração considerável nas contas” E conclui: “Até agora, a estratégia brasileira está completamente equivocada, e Libra é apenas a cabeça de ponte, é o início de um processo de deterioração e de um papel subalterno que o Brasil está cumprindo nesse embate global entre os países que detêm reservas e recursos e aqueles que querem se apropriar deles pagando o mínimo possível. Petróleo não é pizza, não é boi, não é um negócio qualquer”.

Sauer, que acompanhou todo o processo de exploração do pré-sal, é enfático ao dizer o quanto é prematuro leiloar campos petrolíferos, cuja extensão ainda é ignorada e que provavelmente vai extrapolar qualquer previsão otimista. Ignoramos ainda se temos 50, 100 ou 300 bilhões de barris. Caso chegemos a estas cifras, poderemos superar a Arábia Saudita e nos tornarmos os donos da maior reserva mundial. E isso no seu entender é inadmissível. Como vender algo que não sabemos precisar ainda a quantidade. Ele compara a venda antecipada de poços, quando ainda se desconhece a extensão das reservas, à venda de uma fazenda cheia de bois sem a contagem de número de cabeças. O Governo toma suas decisões sem ouvir a sociedade civil, sem ouvir os dirigentes da Petrobrás, sem ouvir o Clube de Engenharia, a exemplo do que ocorria na época da Ditadura, em que as opiniões dos Órgãos do setor não eram acatadas, e as decisões tomadas à revelia de todos. “A senhora Rousseff na época exercia a presidência do Conselho Nacional de Políticas Energéticas e foi a responsável pela decisão arbitrária que constitui mais um crime de lesa-pátria”, disse.

Sauer avalia esta decisão de mero capricho mas, para quem sabe das pressões que o Brasil a partir do pré-sal passou a receber da nação hegemônica, não embarca nesta análise ingênua de atitude temperamental.

Depois de avaliar a extensão do volume de reservas, o Brasil só então terá condições de fazer um planejamento estratégico de produção.

Ildo Sauer faz um balanço da situação da Petrobrás em 60 anos, período em que descobre 20 bilhões de barris e explorou $\frac{1}{4}$ desse total. Em 2014, a produção da Companhia, incluindo parte no exterior, foi de

2 670 mil barris por dia ou 985 milhões por ano. Com a descoberta do pré-sal o aumento da produção em sete anos foi de cerca de um milhão de barris por dia.

Várias questões sobre a ótica de Ildo Sauer são também analisadas: 1 – a melhor compreensão do que seja o sistema de partilha – aponta como a única vantagem a válvula de escape através da cláusula que permite conceder os direitos de exploração à Petrobras sem necessidade de fazer licitação. O interessante porém, é que este direito não é exercido (à excessão do campo de Franca, repassado pelo governo diretamente à Petrobrás após o leilão de Libra) Resta saber por quê. É um ponto que a mídia deveria perseguir e investigar. 2 – A descapitalização da Petrobrás. Um dos motivos da descapitalização da Empresa é ter de importar gasolina, diesel e gás natural a preços maiores do que são vendidos aqui e com isso avolumando prejuízos. 3 – Entretanto, a maior descapitalização da Petrobrás é decorrente da queda do preço do barril de petróleo, que passou de mais de U\$ 120 o barril na década de 2000 chegando a menos de U\$ 30 nos dias atuais.

Em outra entrevista, no www.viomundo.com.br – Ildo Sauer discute a importância da entrada do *Shaleoil* nesse jogo de xadrez. O *Shale* também conhecido como folhelho – é um gás de xisto conseguido através de uma tecnologia denominada fraturamento hidráulico, conseguido através da aplicação de uma alta pressão de água e areia e uma mistura de produtos químicos, alguns muito tóxicos, nas rochas impregnadas de óleo (folhelho) É uma tecnologia muito avançada e experimentada nos EUA com grande sucesso, a despeito dos enormes impactos ao meio ambiente. Aqui no Brasil, o debate sobre o *shale* é ainda pouco divulgado. Pois bem, reproduzo o diálogo do Viomundo com Ildo Sauer:

“P: Se você partir do princípio de que a demanda dos EUA cairá, em função do *shale*, derrubando o preço do barril, não seria melhor para o Brasil explorar logo o pré-sal, e nesse sentido a entrada de empresas internacionais não é importante para acelerar o financiamento?”

“R: Não acho. O *shale* não tem dimensão para tomar o lugar do petróleo. Essa é uma possibilidade muito pequena. Depende do modelo de coordenação da indústria mundial do petróleo, via OPEP. Se a OPEP tiver capacidade de coordenação da produção do petróleo líquido, o

shale não vai tomar o lugar. A Arábia Saudita vive exportando dois ou três milhões de barris por dia. Não precisam exportar 10 milhões. A Rússia também. Eles têm fôlego para enfrentar a guerra com o *shale* americano.”

Mencionamos anteriormente que a fixação do preço do barril de petróleo não segue religiosamente a lei de mercado da oferta e procura. Entretanto, estamos atravessando um momento, diríamos atípico com a entrada em cena do *shale* americano e do pré-sal brasileiro. A rigor, o preço do barril de petróleo despencou pelo excesso do produto ou por maquinacões políticas? Países como a Rússia, que têm o petróleo como um produto importante na pauta de exportação são afetados pela queda acentuada do preço. O Brasil já vem sofrendo reveses na queda do preço das suas *commodities* e no caso da exploração do pré-sal, seu custo operacional deve ser compatível com a margem de lucro.

Antônio Martins*, um engenheiro da Petrobrás, nos esclarece que o custo do barril de petróleo do pré-sal sai por U\$ 8 dólares, ou seja, é muito viável sobre o ponto de vista econômico. Antônio também chamou atenção para o *Shale* americano, que tem sido positivo para os EUA, pois esse país passou a depender menos da importação do produto, barateando o preço do óleo e gás que consome. Isto viabiliza as indústrias americanas dependentes desses produtos. Mas tem inúmeras desvantagens, entre elas a poluição do meio ambiente e principalmente a contaminação do lençol freático e destruição do solo de extensas áreas. Registra que o Canadá está deixando de produzi-lo em decorrência do problema ambiental que acarreta.

Com a guerra de preços, a nossa Empresa Petrobrás pode acentuar sua descapitalização, ainda mais no momento de fragilidade e do fogo cruzado interno de que vem sendo vítima. Como diz Ciro Gomes, a falência da Petrobrás vem menos do desvio de dinheiro da corrupção e muito mais da queda de preço do barril de petróleo, nesta guerra atual de preços para fragilizar os países produtores. Que fique claro esta afirmação: ninguém está fechando os olhos à corrupção, está apenas estabelecendo seus limites.

Os Sindicatos dos Petroleiros denunciam que está em curso um plano de “desinvestimento” da Petrobrás, cujo objetivo último seria a privatização da Empresa, uma ambição das petrolíferas estrangeiras

desde a década de 90 e que atenderia os interesses não só do mercado quanto do capital financeiro internacional. A Petrobrás exangue está sendo atirada aos cães travestidos de analistas, federações industriais, fundos, bancos internacionais, todos, como aves de rapina disputando o seu espólio.

Será que ainda há espaço para luta ou podemos esquecer o sonho da soberania nacional e desenvolvimento econômico com justiça social, reforçado pelo art. 20 e art. 5 da nossa Constituição? Enquanto o art. 20 afirma que o subsolo brasileiro pertence à Nação e ao seu povo e só deve ser explorado em benefício do mesmo, ou seja, está garantindo o acesso da população a essas fontes de recursos. Aí vem o art. 5 para melhor esclarecer que as nossas riquezas devem ser exploradas e transformadas em fontes de recursos necessários à realização dos direitos dos cidadãos, evitando que virem mera retórica, ao contrário, que saia do papel. E o que será garantido: direitos sociais, o acesso a uma Educação de qualidade, a uma proteção ambiental, a uma infraestrutura produtiva que gere empregos, a uma medicina de ponta, a uma ciência e tecnologia de 1º mundo, a transportes que economizem nosso tempo que deve ser melhor aproveitado com estruturas de esporte e lazer, de equipamentos culturais e especiais, a cidades urbanizadas sem deficit habitacional.

Finalizando vamos saber o que o Projeto do Serra propõe para o Brasil:

Seu projeto altera o regime de exploração dos recursos naturais do pré-sal: retira a obrigatoriedade de a Petrobrás ser a operadora em todos os campos do pré-sal. Com isso qualquer outra empresa multinacional pode assumir essa função, abrindo as portas para a exploração predatória do pré-sal que em pouco mais de uma década seria exaurido, como ocorreu em outros países já mencionados.

A Petrobrás, no entanto, é a companhia que possui a tecnologia mais avançada do mundo para explorar os recursos naturais do pré-sal, em águas profundas e ultra profundas, o que faz com que a empresa tenha um custo de produção muito menor que suas concorrentes e, por isso, quando ela é a operadora do campo, os recursos que sobram para a União são expressivamente maiores do que se o operador fosse uma empresa estrangeira. Sem falar que, se operado pelas petrolíferas

estrangeiras, é quase certo a subnotificação da produção para reduzir o pagamento de *royalties*. O que não acontece quando a operadora é a estatal Petrobras.

A proposta do senador José Serra, em princípio, não alteraria a destinação e nem os valores nominais dos *royalties*, mas na realidade vai diminuir os recursos destinados ao Fundo Social, em detrimento do povo brasileiro.

O consultor legislativo da Câmara dos Deputados, Paulo César Ribeiro, estima que:

“O custo da Petrobras, em razão da infraestrutura e do conhecimento tecnológico do pré-sal, seja, no mínimo, R\$ 20 por barril, [preço] mais baixo que o de qualquer outra operadora. Essa diferença de custo reduz o excedente em óleo da União, que é a principal fonte futura de recursos para o Fundo Social. Como 50% dos recursos desse fundo são destinados às áreas de educação e saúde, grande será a perda de recursos para essas áreas, caso a Petrobras não seja a operadora”.

Vamos aos números. Pelo orçamento de 2015, desconsiderando os cortes do ajuste fiscal, na área da Educação foi de R\$ 103 bilhões. A perda de R\$ 24 bilhões significa a diminuição de 23% do total do orçamento da educação brasileira, já tão pouco aquinhoad.

Notas:

*ver crônica sobre a Vale no Capítulo 11 (pág. 87).

*SIQUEIRA LEITE, Fernando- Engenheiro da Petrobrás e Presidente da AEPT em várias gestões

*PIKETTY, Thomas – O Capital no Século XXI- Editora Intrínseca Ltda -2013- pág 445

SAUER, Ildo é graduado em Engenharia Civil pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS mestre em Engenharia Nuclear e Planejamento Energético pela Universidade Federal do Rio de Janeiro UFRJ e da Engenharia Nuclear pelo Massachusetts Institute of Technology. Atualmente é professor titular da Universidade de São Paulo – USP.

*Palestra de Fernando Siqueira no Sindicato dos Petroleiros do Litoral Paulista em 25/09/2015/ [HTTPS://www.v=Hu8gqvSglkM](https://www.v=Hu8gqvSglkM)